

REFORMA DA PREVIDÊNCIA - ASPECTOS GERAIS

ENVELHECIMENTO (AUMENTO DE SOBREVIVÊNCIA) DA POPULAÇÃO

“De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), da ONU, em 2015, a expectativa de vida no Brasil era de 75 anos (para homens e mulheres). A expectativa de vida média dos países da OCDE que fixaram a idade para aposentadoria [na casa dos 65 anos] era de 81,2 anos, ou seja, 6,2 anos a mais do que no Brasil. Ao se aposentar aos 65 anos, no Brasil, o indivíduo teria 10 anos para gozar de sua aposentadoria, enquanto nos demais países esse tempo chegaria a 16 anos” (UNAFISCO NACIONAL).

REDE CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO SOCIAL

A Constituição define uma ampla rede de proteção social baseada em direitos sociais que devem ser ampliados, e não, restringidos, reduzidos ou extintos (arts. 3º, 6º, 7º, 193, 194, 196, 201, 203, 205, 215, 217, entre outros).

AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DOS DADOS ATUARIAIS ADEQUADOS E COMPLETOS

“O modelo utilizado pelo Governo para as projeções é apresentado somente de forma descritiva. Não há memória de cálculo das simulações apresentadas. A planilha digital entregue possui apenas um conjunto de dados, mas não os cálculos das projeções. Foi apresentado um conjunto de células sem fórmulas e sem indicação de como se chegou aos referidos resultados. Com isso, não é possível que se realize uma avaliação completa sobre como o Governo tem realizado suas projeções, que parta desde o desenvolvimento matemático do modelo, passe pela forma de implementação realizada e chegue aos resultados finais; Mais importante, o modelo do Governo não descreve como foram realizados os cálculos para a projeção de receitas e despesas do RGPS com a aplicação da proposta de reforma previdenciária expressa na PEC287” (ANFIP, DIEESE, SindCT).

INCONSISTÊNCIA DO DÉFICIT APRESENTADO PELO GOVERNO

Principais razões: a) não são contabilizados os valores de responsabilidade do Poder Público; b) não é tratada a Seguridade Social como um todo e c) inclusão indevida do Regime Próprio (DIEESE, ANFIP).

DESVINCULAÇÃO DAS RECEITAS DA UNIÃO (DRU)

Cerca de 500 bilhões de reais entre 2006 e 2015 foram desviados da Seguridade Social (DIEESE, ANFIP). Trata-se da versão mais moderna de desvios históricos, como a construção de Brasília e obras de infraestrutura (CONAMP).

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Ausência de um sério e consequente programa de recuperação de boa parte do estoque de cerca de 1,9 trilhão de reais de créditos tributários. Cerca de 426 bilhões desse total são dívidas previdenciárias (PGFN).

DESONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As renúncias de receitas tributárias em conjunto (realizadas e projetadas), entre os anos de 2010 e 2018, atingirão o impressionante patamar de 501,4 bilhões de reais. Somente no ano de 2015, as desonerações apuradas representaram cerca de 106,7 bilhões de reais (RECEITA FEDERAL DO BRASIL).

SONEGAÇÃO FISCAL

Cerca de 570 bilhões de reais são subtraídos anualmente da arrecadação tributária (SINPROFAZ).

RELAÇÕES SUSPEITAS COM O MERCADO PRIVADO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Marcelo Caetano, Secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, ocupou posição estratégica no mercado de venda de planos de previdência (CEP-Conselho de Ética da Presidência da República). “A proposta abre a possibilidade de a Previdência complementar de RPPSs ser contratada junto à iniciativa privada, ao não estabelecer a obrigatoriedade de seu caráter público, ao contrário do que se deu com o Funpresp, fundo de Previdência complementar dos servidores públicos federais” (DIEESE).

ISOLAMENTO DA PREVIDÊNCIA DE IMPORTANTES ÁREAS DE INFLUÊNCIA

A Previdência não pode ser tratada de forma isolada. O equacionamento de seus problemas passa por ações articuladas relacionadas com: a) a segurança pública; b) a violência no trânsito; c) as condições de trabalho que resultam em acidentes, invalidez e afastamentos por doença; d) a precariedade do sistema de saúde; e) o sistema educacional (como fator de prevenção de ocorrências graves); f) as crônicas deficiências em políticas públicas, notadamente no campo do transporte coletivo, esporte, cultura e lazer e g) a efetiva adoção de políticas econômicas promotoras do desenvolvimento nacional, da erradicação da pobreza e do fim da marginalização social.

IMPACTO NO NÍVEL ATUAL DE DESEMPREGO

Mais de 14 milhões de desempregados (IBGE, abril/2017): a) apontam para o pior momento para fazer uma Reforma da Previdência e b) impõe uma brutal redução da receita previdenciária.

VERDADEIROS PRIVILÉGIOS PREVIDENCIÁRIOS

Os verdadeiros privilégios previdenciários (aposentadorias com idades e tempos de contribuições muito baixos) precisam ser corrigidos. A situação da quase totalidade dos servidores não pode ser confundida com privilégios.